

- o
- o
- o

Fundação Cuidar o Futuro

FONTE DE INFORMAÇÃO

A. Vauze

Nº DE REGISTO

1/AJ

DATA

7.XI.85

Nº

PÁG

1



PCP

Conferência de Imprensa de Ângelo Veloso

Os objectivos da candidatura do PCP e as outras candidaturas «possíveis» e «eventuais»

A sala do Centro de Trabalho Vitória estava cheia e a curiosidade era muita, por parte dos jornalistas. Alguns deles levavam consigo as ideias já feitas; outros uma simples e verdadeira vontade de conhecer o candidato do PCP, as suas propostas, as suas respostas às perguntas suscitadas pela candidatura e pela declaração que Ângelo Veloso leu. Uma candidatura apresentada na passada terça-feira sob o lema «Unir os democratas para a vitória da democracia». Na mesa da conferência de imprensa, para além do candidato comunista Ângelo Veloso, sentavam-se os camaradas Octávio Pato, Domingos Abrantes e Jorge Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luísa Araújo, suplente do Secretariado do CC, e Vítor Dias, do Comité Central.

Após a leitura da declaração — que reproduzimos na íntegra na pág. 3 — o camarada Ângelo Veloso pôs-se à disposição para responder às questões dos jornalistas. Elas não se fizeram esperar. E a primeira quis saber se o PCP apoiaria a candidatura até ao fim...

Respondeu Ângelo Veloso:

— A minha candidatura é apoiada pelo PCP, é promovida pelo PCP, é apresentada pelo PCP. De facto, o objectivo fundamental da minha candidatura é conseguir a união de todas as forças democráticas e patrióticas em torno de um candidato único da democracia, em que se concentrem todos os votos das forças democráticas e patrióticas. Portanto, o objectivo fundamental da minha candidatura não é ir até ao fim, ir até às urnas. Mas não está excluído neste momento que possamos ir mesmo até às urnas — se, num caso extremo, o consenso entre as forças patrióticas e democráticas não se verificar em torno de um candidato.

As candidaturas «eventuais»

Duas perguntas surgiram logo depois. Uma sobre se, após a «desistência do coronel Costa Brás», o consenso se estava ou não a verificar; a outra sobre a «possível candidatura de Salgado Zenha» — como apreciava Ângelo Veloso o eventual aparecimento desta.

— Em relação à eventual candidatura de Salgado Zenha — começou por responder o candidato comunista —, nós não temos ainda posição tomada; não há se não algumas informações dos órgãos de comunicação social, não está formalizada essa candidatura, esperaremos por uma formalização dessa candidatura (se eventualmente se vier a formalizar) para tomarmos posição. Entretanto consideramos obviamente que Salgado Zenha é um democrata e que uma sua

candidatura se situará naturalmente no campo da democracia.

Quanto à pergunta sobre o coronel Costa Brás, disse Ângelo Veloso:

— O coronel Costa Brás manifestou a sua disponibilidade de se candidatar à Presidência da República em declaração que fez e tornou pública. E ele próprio afirma que não se verificaram a conjugação de factores necessários à formalização da sua candidatura e por isso resolveu desistir. Nós poucos comentários teremos a fazer a esta atitude. Consideramos que o futuro dirá como apreciar devidamente esta desistência.

A candidatura da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo veio à baila. Admite o PCP a hipótese de vir a apoiar esta candidatura — uma vez que já anunciou que não votará em quaisquer dos dois candidatos da direita — Soares e Freitas?

Respondeu Ângelo Veloso: — Em relação à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo, nós temos tomado fundamentalmente duas posições: uma, é que Maria de Lurdes Pintasilgo é uma democrata, uma mulher com grandes dotes de simpatia e de popularidade, cuja candidatura ganhou um certo desenvolvimento, particularmente, na nossa opinião, por aparecer como a única candidatura no campo democrático oposta à candidatura de Mário Soares.

Outra posição que temos assumido quanto à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo é a de que essa candidatura foi precipitada, que se apresentou como um facto consumado e avançando numa decisão unilateral. Nós não consideramos naturalmente que os candidatos à Presidência da República tenham de negociar as suas posições com os partidos políticos. Consideramos, pelo contrário, que os candidatos à Presidência da República não podem negociar com os partidos compromissos que limitem à partida as suas competências e a sua actuação futura. Mas consideramos

que um candidato democrata à Presidência da República terá que ter em conta que apoios são necessários para que a sua candidatura seja vitoriosa. E portanto que há que encontrar as formas de auscultar as forças políticas, as personalidades, as sensibilidades. De formas directas ou indirectas, das formas que entender necessárias para auscultar o conjunto das forças cuja convergência é, ao fim e ao cabo, necessária para que esse candidato tenha a vitória. Ao que sabemos, a candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo não tem obtido esse consenso não conseguiu obter em torno de si a convergência das forças e sectores democráticos e também podemos acrescentar: que nós sabemos, não procurou auscultar nunca as posições do PCP.

— Quer dizer que ainda não apareceu o candidato a apoiar?, foi a pergunta que se seguiu.

— Como dizemos na nossa declaração e temos dito várias vezes, nós não temos nenhum compromisso com nenhuma candidatura. E portanto consideramos que neste momento ainda não existe um candidato que reúna o consenso das forças democráticas.

Um candidato a sério?

Uma jornalista estrangeira quis saber se Ângelo Veloso era ou não era um candidato «sério». Explicou — um candidato para concorrer a sério às eleições... O candidato do PCP respondeu:

— Os objectivos da minha candidatura são dois — um, intervir na definição do papel e das funções do Presidente da República que os democratas têm que eleger e devem eleger; portanto, intervir na discussão política, ideológica, programática em torno do papel e das funções do futuro Presidente da República, que queremos e estamos convencidos que será um democrata. O segundo objectivo é contribuir, com a apresentação da minha candidatura para, primeiro o consenso, o acordo entre todas as forças democráticas; depois, para a convergência de votos no candidato, único, da democracia.

«Quanto a esse problema do candidato «sério», gostaria de dizer algumas coisas: tem-se discutido muito, ou aparece uma certa tendência que procura pôr o problema de que o candidato do Partido Comunista não é «sério», ou não é «a sério» porque o Partido Comunista não pode ele-

ger um candidato. Bem, isso é a situação de todos os partidos! Nenhum partido pode eleger um Presidente da República. E, portanto, a «seriedade», digamos, da minha candidatura, pode ser comparável, por exemplo, à «seriedade» da candidatura do dr. Mário Soares... Tem vinte por cento de votos... Portanto, seguramente, poder-se-ia dizer «o que é que o sr. está a fazer, o sr. não vai ser eleito»... Eu não quero falar da candidatura do dr. Freitas do Amaral porque isso ainda é mais pequeno, mesmo que tenha tido o apoio hesitante do PSD.

A segunda questão que se costuma colocar é se eu vou ou não vou até ao fim. Esse problema também é um problema interessante. Porque vários «sérios» candidatos que têm aparecido não foram já até ao fim... E portanto, a minha convicção é que alguns candidatos, se calhar, também não vão até ao fim.

O meu objectivo não é ir até ao fim — sublinhou Ângelo Veloso perante a insistência de outra jornalista. — É ir até ao fim se as forças democráticas não reunirem um consenso que torne vitoriosa uma candidatura democrática. Mas a seriedade e o em-

Tentativa de retaliação contra a APU

Na passada sexta-feira, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

A confirmar-se a reclamação contra as listas da APU em Loures ou em qualquer outra comarca — de que o PCP só tem conhecimento através da notícia hoje publicada por um semanário — tratar-se-ia de uma tentativa de retaliação contra a APU e de um acto de hostilidade à magistratura portuguesa inspirado pelo facto de o Tribunal Constitucional ter rejeitado as coligações que envolviam o PS, o PSD, o CDS e o PPM.

Ficaria demonstrado por outro lado o desespero desses partidos que, apesar de terem apresentado listas anti-APU em 41 dos 55 municípios de maioria APU, temem de tal maneira a derrota que ambicionariam agora conseguir que a APU nem sequer concorresse.

Em tal hipótese de reclamação, será demonstrada a regularidade dos processos eleitorais que a APU apresentou e não foi contestada por nenhum dos 221 juizes que os apreciaram.

Com efeito, a Aliança Povo Unido encontra-se registada como coligação permanente desde 1973 no Supremo Tribunal de Justiça, tendo entre os seus fins o de apresentar listas às eleições que se vierem a realizar. Nessa base tem concorrido, desde que a competência nesta matéria passou para o Tribunal Constitucional, a múltiplas eleições autárquicas, às eleições regionais dos Açores e da Madeira e às eleições para a Assembleia da República, nos mesmos termos em que agora o faz, sem que um só entre as centenas de juizes que apreciaram o processo ou o PS e o PSD tivessem contestado a sua regularidade, em particular a validade das certidões sucessivamente passadas pelo Tribunal Constitucional.

penho da minha candidatura resulta da evolução dos acontecimentos. Mas a sua importância resulta da importância do objectivo que nos propomos atingir.

Ainda instado sobre a questão do consenso, o camarada Ângelo Veloso teve a oportunidade de sublinhar que o problema do consenso não é o do acordo do

PCP, mas muito mais vasto. E sublinhou: «Estamos convencidos de que esta ideia da impopularidade da vitória das forças democráticas acabará por se impor a todos os sectores democráticos, que acabarão por encontrar um candidato no qual façam convergir os apoios e, posteriormente, os votos.»

Delegação do POUP visita Portugal

A convite do Partido Comunista Português, um grupo de estudo do Partido Operário Unificado Polaco visitou Portugal de 27 de Outubro a 1 de Novembro.

A delegação do POUP, que era composta por Stanislaw Gabrielski, chefe do departamento socio-profissional do CC do POUP, Stanislaw Paterek, membro do CC e Szczepanski, da Secção Internacional do POUP, foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e teve encontros com uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro do secretariado e da Comissão Política do CC, Carlos Carvalhas, membro do CC, Alice Almeida, da Comissão para o trabalho sindical e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

Durante a sua estadia e com o objectivo de tomar contacto com vários aspectos da realidade socioeconómica portuguesa e o trabalho do PCP, a delegação deslocou-se aos distritos de Leiria, Santarém e Setúbal.

Nas visitas efectuadas às em-

presas Manuel Pereira Roldão (Marinha Grande), CP (Entroncamento) e Setenave (Setúbal) a delegação teve contactos com trabalhadores, suas estruturas sindicais e Comissões de Trabalhadores: em Alpiarça recebeu uma informação sobre a Reforma Agrária na região e visitou uma Unidade Colectiva de Produção.

A delegação foi recebida nas Câmaras Municipais de Alpiarça e Marinha Grande onde visitou obras já realizadas e outras em construção, tendo ficado com

uma panorâmica do trabalho da APU no domínio do Poder Local.

A delegação teve contactos com organizações do Partido, nomeadamente com a DORLeiria e a Comissão Concelhia de Alpiarça, tendo em Setúbal recebido uma informação da DORS sobre o trabalho do Partido no respectivo distrito.

A visita desta delegação insere-se no quadro das fraternas relações de cooperação, amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o POUP.